

Sarney adverte Congresso para que não repita 1968

JOÃO EMILIO FALCÃO

Da Editoria de Política

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA), afirmou ontem que "o Congresso não pode ser palco de bravatas nem de valentias, nem de abuso e irresponsabilidade de linguagem, porque esses métodos são o caldo da degradação" e que a abertura não será transformada em tribunal de julgamento das Forças Armadas.

Após condenar o terrorismo usado pelas Oposições, o presidente do PDS frisou que "é tarefa de todos empenhar-se em que o Congresso assuma o poder de controlar seus membros, fazendo-os assumir a responsabilidade de seus atos".

Ressalta o dirigente pedessista que "o Congresso não pode ser fonte de nenhuma crise. O meu esforço como presidente do PDS, às vezes até acusado de omissão, é de não permitir que se estabeleça uma confrontação partido-governo, o que, se ocorresse, seria de minha parte uma deslealdade ao presidente Figueiredo, que não cometerei".

Lembra o presidente do PDS que em 1968, quando se configurou esse quadro, foi impossível deter a derrocada das instituições e que por desencontros entre partido e governo houve retrocessos em 1966 e 1968.

"Não indagamos a quem cabe a culpa. São momentos que pertencem à História. Num e noutro saíram os Atos Institucionais 2 e 5. Minha preocupação foi, sempre, a de evitar a repetição desse fato, em que nos caberia o fracasso da redemocratização" — declarou o presidente do PDS, que prosseguiu:

"O entrosamento, que exigiu sacrifício e transigência, foi o preço que os homens públicos de nosso partido pagaram para ajudar a restaurar a democracia no Brasil. Duas coisas não deixamos, nem deixaremos acontecer com o partido do governo: os nossos adversários transformarem a abertura num tribunal de julgamento da ação patriótica das Forças Armadas e buscarem o revanchismo, numa provocação de instabilidade e falsa avaliação dos fatos. Outros países da América Latina não puderam evitar que isso ocorresse e patinam no charco do descaminho institucional".

ACUSAÇÕES

De acordo com o senador José Sarney, a força do Congresso é sua força política, advinda de sua criação como a maior descoberta da democracia liberal, cuja soberania decorre do povo, como expressão da Federação e da República.

"O Congresso não pode ser lugar de bravatas nem de valentias, nem de abuso e irresponsabilidade de linguagem, porque esses métodos são o caldo da degradação". Os argumentos a que assistimos, do terror, da ameaça,

do convite à depredação, de nada servem senão para abastardar a instituição parlamentar".

"O Congresso — acrescentou Sarney — pode sofrer agressões vindas de fora e por ele repelidas, e não dele próprio e por ele cultivadas. A democracia das galerias não existe em nenhum lugar, do mundo e não é democracia, é anarquia".

TERRORISMO

Ainda profundamente irritado com o que aconteceu durante a votação do Decreto-lei 2.024, recentemente, o senador José Sarney afirmou que o partido não pode aceitar comparecer a votações sem garantias para exercer a liberdade de votar.

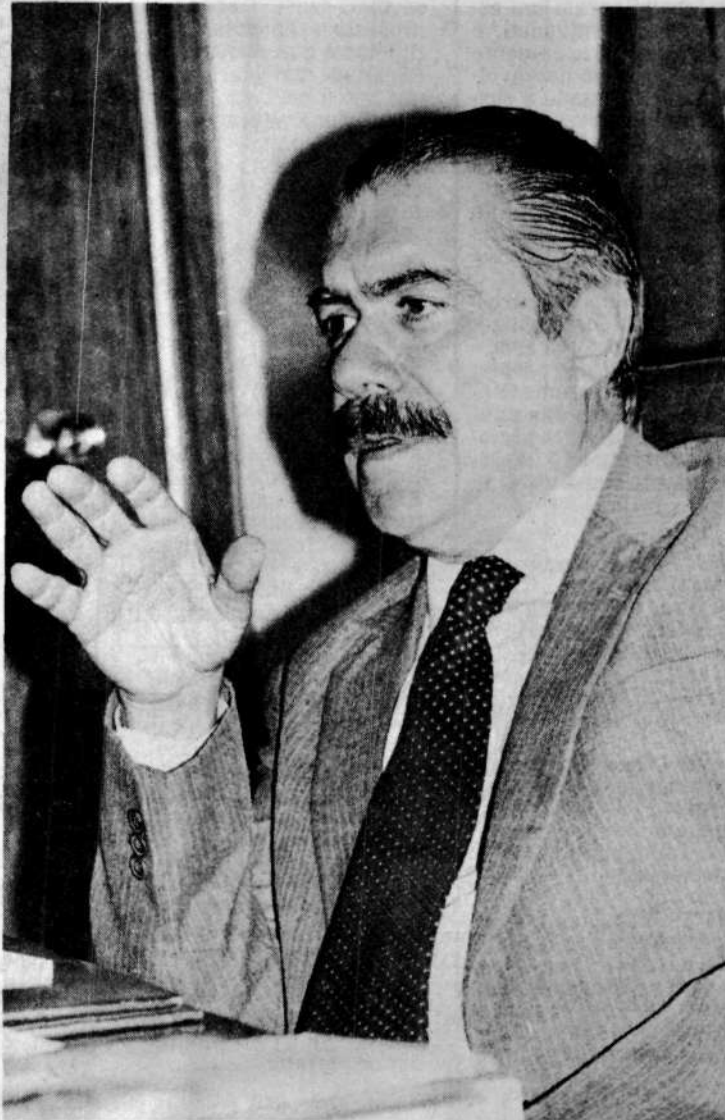
"Essa liberdade — disse — foi ameaçada na sessão realizada para votar o 2.024. Naquele dia o argumento "ad terrorem" foi usado para coagir nossos companheiros. Esse clima não pode perdurar: na última reunião da Comissão Executiva Nacional do PDS o assunto foi abordado e vamos levá-lo às presidências das Casas. A atitude do PDS é a de defender o Congresso dessa desvirtuação e negação de suas finalidades e destinação".

A seu ver, a liberalidade de não permitir que ninguém seja responsabilizado criminalmente é uma constante na vida parlamentar brasileira, mas esse procedimento foi responsável pelas maiores crises da nossa História e constitui um estímulo para que a prática continue. "Devemos lutar para que o Congresso assuma o seu poder de controlar os seus membros, fazendo-os assumir a responsabilidade de seus atos. Essa tarefa é de todos".

PROVOCAÇÃO

Frisa o presidente José Sarney

CECE



Sarney não quer que Congresso vire palco de baderna

que "a abertura política somente foi possível graças ao apoio das Forças Armadas. Elas, com sua coesão interna, com o seu patriotismo e com sua lealdade ao presidente João Figueiredo, permitiram não só a redemocratização como a manutenção da ordem pública, num momento em que vivemos problemas extremamente difíceis e complexos".

"Não fosse o alto espírito das Forças Armadas, sua profissionalização e visão institucional, não estaríamos vivendo o clima de liberdade que há no País. Ao longo da História elas tiveram sempre a vocação de liberdade e delas nunca emergiu nenhum sentimento caudilhesco".

Entende o senador José Sarney que "é injusta, portanto, essa campanha para desestabilizar o

Poder, tentando atingir a honrabilidade do Governo. "São injustas e impatrióticas essas vozes que tentam agredir, procurando transformar murmúrios em verdades, calúnias e injúrias em fatos, num movimento que deseja aproveitar as dificuldades e insatisfações geradas pela crise econômica".

"O presidente Figueiredo é credor da Nação pela sua heróica obstinação democrática e não merece esse tratamento, fruto de um ódio que não faz parte da tradição brasileira. A tentativa de envolvimento de seus familiares, com convocação para depor em CPI, é uma provocação grosseira, injusta e malévola. E o tipo clássico de política subalterna" — concluiu o presidente José Sarney.